



## ESPAÇOS PÚBLICOS E MOBILIDADE COTIDIANA DA POPULAÇÃO DA TERCEIRA IDADE EM FORTALEZA/CE

Edilson da Silva Porto Neto <sup>1</sup>  
Wagner Vinicius Amorin <sup>2</sup>

### RESUMO

O trabalho objetiva investigar as reais necessidades e dificuldades da população idosa no que diz respeito à sua mobilidade cotidiana nos espaços públicos de Fortaleza. Para isso, utilizamos de uma revisão bibliográfica da metodologia dos Percursos Urbanos Acompanhados para compreender como se faz a dimensão do caminhar dos idosos tanto na área central como nos sub-centros da metrópole e também tentou-se fazer uma análise comparativa dos dados gerados nas tabelas que informam a distribuição da população residente por faixas etárias nos anos de 2000, 2010 e 2022 no sistema SIDRA, do IBGE. É importante ressaltar que a proposta é derivada do projeto de tese que está em vias de desenvolvimento. O fenômeno do envelhecimento, infelizmente, é visto como um problema para os planejadores, gestores e urbanistas, sendo um elemento renegado. Isso vem minando com os direitos de mobilidade e de acessibilidade da população da terceira idade nos espaços de maior fruição e convívio social, como é o caso dos espaços públicos. Em bairros mais carentes, o que se nota é um completo descaso com os residentes, com a falta de serviços urbanos essenciais e a presença de espaços públicos mal conservados.

**Palavras-chave:** Espaços públicos, População idosa, Caminhabilidade, Planejamento urbanos, Políticas públicas.

### RESUMEN

El trabajo tiene como objetivo investigar las necesidades y dificultades reales de la población mayor en relación con su movilidad diaria en los espacios públicos de Fortaleza. Para ello, utilizamos una revisión bibliográfica de la metodología de Rutas Urbanas Acompañadas para comprender cómo se mide la dimensión de caminata de las personas mayores tanto en el área central como en los subcentros de la metrópoli y también intentamos realizar un estudio comparativo análisis de los datos generados en las tablas que informan la distribución de la población residente por grupos de edad en los años 2000, 2010 y 2022 en el sistema IBGE SIDRA. Es importante resaltar que la propuesta se deriva del proyecto de tesis que se encuentra en proceso de desarrollo. El fenómeno del envejecimiento, lamentablemente, es visto como un problema por los planificadores, gestores y urbanistas, siendo un elemento renegado. Esto ha venido socavando los derechos de movilidad y accesibilidad de la población mayor en espacios de mayor disfrute e interacción social, como los espacios públicos. En los barrios más pobres lo que se nota es un total desprecio por los residentes, con falta de servicios urbanos esenciales y presencia de espacios públicos en mal estado.

**Palabras clave:** Espacios públicos, Población mayor, Caminabilidad, Planificación urbana, Políticas públicas.

<sup>1</sup> Doutorando do Curso de Geografia da Universidade Estadual do Ceará - CE, [edilson.neto@aluno.uece.br](mailto:edilson.neto@aluno.uece.br);

<sup>2</sup> Docente dos Cursos de licenciatura e bacharelado em Geografia da Universidade Estadual do Ceará - CE, [wagner.amorin@uece.br](mailto:wagner.amorin@uece.br);



## INTRODUÇÃO

O presente trabalho resulta de pesquisa doutoral em desenvolvimento<sup>3</sup>, cuja proposta original é analisar a problemática dos percursos urbanos e da mobilidade cotidiana atinente aos idosos na metrópole de Fortaleza, na qual busca-se compreender quais são as necessidades no tocante aos espaços caminháveis das áreas centrais e sub-centrais da cidade e como as políticas urbanas intervêm no bem-estar e no bem-viver da população da terceira idade do município de Fortaleza. A pergunta de partida reside em constatar e compreender os elementos que comprometem o caminhar destes sujeitos e que alternativas ou proposições podem ser realizadas para melhorar a qualidade dos percursos urbanos e, conseqüentemente, a qualidade de vida desses idosos, numa metrópole cujos espaços públicos estão desigualmente presentes na área urbana, e são desigualmente mantidos pelo poder público, havendo espaços caminháveis privilegiados nos bairros elitizados e a quase completa ausência destes nos bairros periféricos.

Muitos dos esforços vêm sendo empreendidos para contornar tais adversidades que, por sua vez, refletem e acentuam as desigualdades socioespaciais entre os grupos sociais de terceira idade em cidades de diferentes países. Em 2016, ocorreu em Quito, no Equador, a Terceira Conferência das Nações Unidas, cujo tema foi “Cidades inclusivas e sustentáveis”. Dentre os objetivos definidos estiveram: “Cidade para todos”, “cidade da igualdade de oportunidades”, “assegurar a função social da cidade e a função social e ecológica da terra” e, por último:

Assegurar a cidade inclusiva, promovendo o engajamento da sociedade civil. Cidades que engendrem sentimentos de pertencimento e apropriação, entre todos os seus habitantes, que priorizem espaços públicos adequados às famílias, seguros, inclusivos, acessíveis, verdes e de qualidade. Cidades que fortaleçam as interações sociais e intergeracionais, expressões culturais, participação política de forma adequada, que propiciem coesão social, inclusão e segurança em sociedades pacíficas e plurais, nas quais as necessidades dos habitantes são satisfeitas. Reconhecendo-se as necessidades específicas daqueles em situações vulneráveis (RIBEIRO, 2017, p. 8, grifos nossos).

Nos espaços públicos das grandes cidades brasileiras as condições para inclusão, uso e apropriação não estão plenamente asseguradas para a garantia dos objetivos propostos na Terceira Conferência das Nações Unidas. Isso se deve, sobretudo, às conjunturas políticas, sociais, culturais e ideológicas, de um lado, de países desenvolvidos e, por outro, das condições socioeconômicas perversas encontradas em países periféricos.

Lenoir (1996) aponta que a divisão da sociedade em grupos com determinadas faixas de idade e com características e repertórios comportamentais vistos como comuns a cada categoria

---

<sup>3</sup> O manuscrito que ora se apresenta deriva do projeto de tese que encontra-se em construção, sendo financiada, inclusive, pela Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico Tecnológico (FUNCAP).



foi um critério de classificação de entidades e de instituições de organizar a vida social como um todo. Segundo Felipe e Sousa (2014, p. 21):

Geralmente, características físicas ou especificidades biológicas, como a idade, são utilizadas como critérios de classificação do sujeito na sociedade, mas deve-se atentar que os princípios de classificação que são utilizados em nossa sociedade, até mesmo os que nos parecem ser “naturais”, são na verdade construídos socialmente e o surgimento desses critérios está relacionado com o surgimento de certas instituições e de agentes especializados, que fazem uso dessa definição para suas atividades.

Vale ressaltar, a partir da visão dos estudiosos e com base nas referências que estes utilizaram, que a concepção de categoria de idade não deve ser vista de forma homogênea, pois os idosos possuem uma diversidade de saberes, de fazeres e de intenções, variando-se conforme cada contexto cultural, social e político, intrínsecos, portanto, à sua identidade enquanto “ser idoso”, numa miríade de práticas sustentadas por estes a partir de suas posições econômicas, sociais, culturais, de suas experiências, vivências e expertises no mundo vivido.

Neste sentido, é preciso procurar por meios e opções sustentáveis e inclusivas efetivas nas cidades que se solidarizem e se sensibilizem com as demandas e os anseios da parcela da população, cujo espaço de fruição são espaços públicos que, todavia, inserem-se numa cidade estruturada a partir da lógica da desigual distribuição de recursos, equipamentos, investimentos e que reproduz, a todo instante, a lógica da fragmentação socioespacial.

Espaços com problemas de acessibilidade são lugares propensos a ocasionar acidentes em qualquer pessoa, mas que, podem ser de maior risco ao público que não possui mais uma saúde de outrora, como é o caso de muitos idosos. Além disso, cidades que não têm ruas, edificações e transportes públicos acessíveis, são cidades que excluem uma grande parcela da sua população do convívio com os seus semelhantes. (LIMA, 2021, p. 50)

De acordo com a publicação do “Guia Global: Cidade Amiga do Idoso”, a Organização Mundial da Saúde (OMS) traz múltiplos condicionantes que são imprescindíveis para que a caminhabilidade seja possível e exequível nas cidades. Anunciado em junho de 2005, inicialmente no Rio de Janeiro, a ideia do guia em questão é a de instituir elementos e variáveis importantes que devem ser tratados com seriedade para o alcance do objetivo da caminhabilidade. Os quesitos para a obtenção desse título são estes: 1) espaços abertos e prédios; 2) transporte; 3) moradia; 4) participação social; 5) respeito e inclusão social; 6) participação cívica e emprego; (7) comunicação e informação; e 8) apoio comunitário e serviços de saúde (OMS, 2008).

## **METODOLOGIA**

A metodologia dos Percursos Urbanos Acompanhados em Espaços Públicos (PAEP), desenvolvida por Jesus, Catelan e Calixto (2022), possibilita identificar as relações e interações sociais concernentes aos percursos e deslocamentos que são feitos pelos cidadãos. Nestes termos, o pesquisador se utiliza da técnica de investigação da observação participante (KUSENBACH, 2003; JIRÓN, 2011) para se aproximar de seu objeto de estudo e, por conseguinte, acompanhar e capturar, em contato direto com o colaborador – no caso da presente pesquisa, o idoso –, os significados das experiências no espaço público. Para isso, o pesquisador se apoiará em entrevistas semiestruturadas para a coleta de informações de cunho qualitativo. Segundo Jesus, Catelan e Calixto (2022, p. 155):

De maneira sucinta, podemos dizer que os Percursos Urbanos Acompanhados nos Espaços Públicos (PAEP's), procuram captar as práticas socioespaciais dos cidadãos relacionando-as com as condições sociais, físicas e ambientais que conformam os espaços públicos, em habitats socioeconômicos diversos. Para lograr esse objetivo, o pesquisador percorre praças, parques, calçadas, ruas ou trilhas junto a um colaborador morador da cidade, acompanhando o circuito de lazer que ele realiza habitualmente, escutando, observando e experimentando as vivências e problemas do seu espaço urbano cotidiano. Com a ajuda de um gravador, fotografias e anotações, o pesquisador captura informações no seu percurso pelo espaço público, para logo contrastar as observações feitas com a teoria, descrever problemas e gerar hipóteses.

Quanto ao ideal de caminhabilidade almejado, algumas cidades são exemplos a serem seguidos, como é o caso de Copenhage, Amsterdã, e até mesmo de Nova York (Politize!, 2021). A tendência é impulsionar o uso das ruas, das calçadas e das ciclovias, investir em modais de transporte público, ao invés da proliferação de automóveis que geram congestionamento e demandam a existência de áreas de estacionamento que competem com o uso e a apropriação do espaço público pelo transeunte. Comparar esses casos bem-sucedidos em escala internacional de cidades que valorizaram a eficiência das soluções, com o caso das cidades cujas políticas urbanas foram conduzidas em nível local secundarizando os espaços caminháveis, possibilitará constatar e aquilatar as propostas mais efetivas, eficientes, inclusivas e apropriadas para diferentes casos, de distintas realidades socioeconômicas.

## REFERENCIAL TEÓRICO

Falar de mobilidade vai muito além do problema de vencer distâncias físicas. A mobilidade depende de uma série de fatores e condicionantes que estão intrínsecos no mover-se ou locomover-se pelos pontos da cidade. Como é sabido, a mobilidade mobiliza intenções e vontades humanas, ou seja, é um ato repleto de significados e de propósitos os mais variados para a satisfação pessoal ou de um grupo. Então, sem uma infraestrutura capaz de fornecer condições mínimas de caminhabilidade, os sujeitos que caminham pelas ruas, praças, parques,

calçadas, durante seu trajeto ou percurso, sentem dificuldades na qualidade de pedestre e poderão sofrer com intempéries ou até mesmo acidentes que poderiam ser evitados ou prevenidos através de um planejamento urbano voltado para o público da terceira idade. Por inúmeras razões, os idosos são impedidos de estar ou de usufruir um lugar qualquer por conta da inadequabilidade e dos perigos que aquele espaço público pode oferecer para sua saúde e seu bem-estar. Muitos preferem nem mesmo sair de casa e se confinam nos seus espaços privados por medo de sua exposição às ruas, escolhem rotas de ruas ou avenidas de superfície mais planas, etc. Mynarski, Magro e Luzardo (2023, p. 3-4) afirmam que:

A qualidade de vida das pessoas idosas também depende do meio em que vivem e da forma que se movem (PRADO; LICHT, 2004) e, nesse sentido, a mobilidade urbana tem fundamental importância para essa população, haja vista a exigência de infraestrutura que atenda suas necessidades e lhes garanta o acesso aos bens e serviços disponíveis na cidade. Pessoas idosas precisam de ambientes que lhes apoiem para compensar as alterações funcionais e sociais decorrentes do envelhecimento, e sendo esse um processo contínuo no curso de vida, uma cidade que promova a inclusão das pessoas idosas é uma cidade para todas as idades porque considera pessoas com diferentes graus de capacidade funcional, e não apenas pessoas idosas (OMS, 2008).

Consideremos agora o argumento de Nóbrega (2020, p. 111), no qual aponta o seguinte:

Do ponto de vista urbano, essa condição de grandes números populacionais envelhecidas revela uma fragilidade na estrutura física das cidades; é perceptível que estes aglomerados urbanos não estejam se preparando para esse perfil populacional, o que reforça a inacessibilidade e a mobilidade reduzida. Estas dificuldades na acessibilidade e na mobilidade dotam o espaço urbano de barreiras territoriais que constroem a realização da vida cotidiana, principalmente dos velhos. As necessidades eminentes ao processo de reprodução da vida em condição de velhice, quando associada ao fenômeno do aumento progressivo do envelhecimento populacional, podem ser entendidas como grandes questões a serem tratadas, pois além de representar uma parcela significativa dos habitantes da cidade, tem a sua reflexão direcionada a um conjunto de características inerente à condição de velhice.

Vemos pelo trecho acima que para existir mobilidade, há que primeiro existir meios favoráveis para tal. Em Fortaleza, a mobilidade é altamente problemática e reproduz uma lógica segregacional e excludente, uma vez que em bairros menos assistidos, os espaços públicos são esquecidos pelo poder público e pela gestão municipal, do outro lado, em bairros nobres, a preocupação e a atenção é muito maior para dar assistência aos que já estão próximos de amenidades físicas, materiais, ambientais, culturais e sociais. Ou seja, a cidade capitalista intensifica a segregação socioespacial entre velhos ricos e pobres, isso influenciará diretamente em como estes irão se apropriar dos espaços com maior ou menor potencial de fruição.

Por conseguinte, a reflexão aqui deixada é a de que toda e qualquer ação ou intervenção no espaço público tem consequências positivas ou negativas nos modos de vida da população,

Visto que os cidadãos se abrigam ou se refugiam nestes lugares e buscam ali formas de socializações com os seus e com o outro, levam suas crianças para brincar e se divertir nos campos de futebol instalados para proporcionar ocupação e entretenimento através do esporte, de homens e mulheres que praticam caminhadas matinais ou noturnas juntos de seus parentes, bancos confortáveis para que os sujeitos possam interagir e papear sobre assuntos de política, sobre fatos corriqueiros ou até mesmo para apreciar uma boa leitura de um livro, fazer ginástica nos aparelhos ao ar livre, etc. São muitas as atividades de lazer que esperamos que um espaço público cumpra, um deles, de extrema relevância, é o incentivo à vida política e social, além da esfera da cidadania que precisa ser exercitada diariamente, pois se o espaço público é tido em sua essência como uma coisa pública, então o dever de cuidar e manter é estendido a todos. Os idosos, por sua vez, possuem uma relação afetiva e histórica profunda com estes locais, afinal representam ecos de seu passado e estar em uma praça é o mesmo que recordar episódios de vivências ou experiências pretéritas felizes ou não tão agradáveis assim, mas lembrar códigos do passado os mantêm como verdadeiros patrimônios vivos.

A mudança de valores ressignificou os usos e as práticas na cidade como um todo e nos espaços públicos, em particular. A modernidade inseriu novos códigos e linguagens interacionais e comunicacionais entre os indivíduos, conseqüentemente, alterou-se a maneira como nos relacionamos com os lugares, a adoção da indiferença e do individualismo como traços recorrentes, alguns costumes morreram para que outros pudessem nascer no seio da tecnologia e da era da informação. A sucessão das gerações implica, assim, na redefinição da tecnosfera e da psicosfera (SANTOS, 2020) dentro da capital do capital, induzindo à um reordenamento da estrutura, à uma recombinação de forças que atuam no espaço urbano.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Trabalhou-se com a obtenção de informações qualitativas a partir da metodologia da revisão de literatura, de um levantamento bibliográfico que dê conta da complexidade do temário e do objeto de pesquisa, a partir de uma articulação das contribuições de diferentes estudiosos e intelectuais, preconizando a interdisciplinaridade e a produção de novos conhecimentos válidos para a compreensão do caso em diferentes contextos urbanos. Teóricos que priorizem a imbricação da diversidade de temas compareceram, portanto, em nosso estudo: o projeto de cidade caminhável (SPECK, 2012), os espaços públicos e as dimensões de convivialidade e cotidianidade (SERPA, 2018), o princípio da caminhabilidade como premissa para o uso indistinto e acessibilidade dos espaços públicos na cidade (GEHL, 2013).



Foram utilizados, também, de levantamentos de dados quantitativos provenientes de pesquisas demográficas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com a finalidade de embasar a análise da evolução e das características da população fortalezense nos três últimos recenseamentos, com destaque para a evolução da pirâmide etária. Em termos específicos, o Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), uma plataforma digital livre e inteligente do respectivo órgão federal que gera dados e tabelas específicas conforme o filtro da pesquisa desejado, dados estes que aparecem distribuídos de acordo com a seleção de variáveis, categorias, níveis territoriais e recortes temporais. As pesquisas de caráter demográfico e populacional são: Censo Demográfico, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), Estimativas de População (EstimaPop) e Projeções da População.

Primeiramente, o procedimento seguido foi a consulta e extração de dados no Censo Demográfico de 2000 e 2010, pela plataforma do SIDRA – IBGE. Em seguida, transformou-se os dados obtidos em pirâmide etária para melhor visualização da análise comparativa entre os dois anos e observou-se uma grande e significativa diferença quanto ao aumento considerável de idosos nas faixas etárias a seguir: de 60 a 64 anos, 65 a 69 anos, 70 a 74 anos, 75 a 79 anos, 80 a 89 anos, 90 a 99 anos e 100 anos ou mais. A tabela 1552 nos revela os números correspondentes à “População residente, por situação do domicílio e sexo, segundo a forma de declaração da idade” nos respectivos anos de 2000 e 2010 para o município de Fortaleza:

Tabela 1: População residente de Fortaleza nos anos de 2000 e 2010 e a sua distribuição em sexo e idade

Tabela 1552				
Variável - População residente (Pessoas)				
Município - Fortaleza (CE)				
Forma de declaração da idade - Total				
Situação do domicílio - Urbana				
Idade	Ano x Sexo			
	2000		2010	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
0 a 4 anos	103980	100422	86157	82657
5 a 9 anos	104643	101435	89624	86739
10 a 14 anos	109247	109885	105161	103344
15 a 19 anos	112456	123339	109550	114603
20 a 24 anos	100076	114885	120603	131695
25 a 29 anos	85460	100219	114789	127373
30 a 34 anos	81499	95645	98011	111471
35 a 39 anos	75074	87733	84473	99265
40 a 44 anos	57160	69942	80300	95071



45 a 49 anos	45889	57316	70819	85295
50 a 54 anos	37749	47231	53757	68035
55 a 59 anos	25905	33981	41265	54353
60 a 64 anos	21476	30089	32432	43956
65 a 69 anos	14801	22039	22115	31736
70 a 74 anos	11839	18775	16615	26272
75 a 79 anos	7964	12664	10210	17459
80 a 89 anos	5996	11380	10424	20807
90 a 99 anos	926	2035	1536	3902
100 anos ou mais	96	151	77	234
Fonte: IBGE - Censo Demográfico				

Fonte: SIDRA – IBGE.

O IBGE divulgou recentemente, no mês de novembro de 2023, os resultados relativos ao último censo demográfico de 2022. A tabela 9514, referente à “População residente por sexo, idade e por declaração de idade”, nos indica os valores das faixas etárias do ano em questão para o município de Fortaleza. Vejamos logo abaixo a referida tabela:

Tabela 2: População residente, por sexo, idade e forma de declaração de idade para o ano de 2022 em Fortaleza – CE.

Tabela 9514 - População residente, por sexo, idade e forma de declaração da idade		
Variável - População residente (Pessoas)		
Forma de declaração da idade - Total		
Ano - 2022		
Município - Fortaleza (CE)		
Idade	Sexo	
0 a 4 anos	Homens	70807
	Mulheres	67897
5 a 9 anos	Homens	78988
	Mulheres	76672
10 a 14 anos	Homens	78907
	Mulheres	75469
15 a 19 anos	Homens	83382
	Mulheres	82164
20 a 24 anos	Homens	93451
	Mulheres	95909
25 a 29 anos	Homens	96542
	Mulheres	105435
30 a 34 anos	Homens	93148
	Mulheres	103967
35 a 39 anos	Homens	94147
	Mulheres	107799



40 a 44 anos	Homens	89100
	Mulheres	105167
45 a 49 anos	Homens	72950
	Mulheres	90206
50 a 54 anos	Homens	69492
	Mulheres	86988
55 a 59 anos	Homens	62427
	Mulheres	81718
60 a 64 anos	Homens	48659
	Mulheres	65882
65 a 69 anos	Homens	35720
	Mulheres	52053
70 a 74 anos	Homens	25880
	Mulheres	40424
75 a 79 anos	Homens	16037
	Mulheres	26638
80 a 84 anos	Homens	9801
	Mulheres	18975
85 a 89 anos	Homens	4874
	Mulheres	10878
90 a 94 anos	Homens	1969
	Mulheres	5289
95 a 99 anos	Homens	559
	Mulheres	1904
100 anos ou mais	Homens	89
	Mulheres	345
Fonte: IBGE - Censo Demográfico		

Fonte: SIDRA – IBGE.

A partir dos anos de 1990, o IBGE passou a adotar um novo critério de classificação da população em faixas etárias, incluindo os septuagenários, os octogenários, os nonagenários e os centenários. Isso pode ser explicado, principalmente, pelo acréscimo da expectativa de vida.

Por meio das duas tabelas geradas no SIDRA, verificamos que houve uma expressiva elevação nas faixas etárias acima de 65 anos, se fizermos uma análise comparativa entre os resultados dos três censos realizados. Isso nos prova que é cada vez mais urgente repensarmos as políticas urbanas de nossa cidade que são produzidas com vistas a reproduzir ainda mais as desigualdades socioespaciais, igualmente em termos de gênero, de classe e de idade, tais políticas são impostas e não permitem um diálogo com os grupos sociais que se veem excluídos em todo esse processo que deveria ser de forma horizontal. O urbanismo e o

planejamento urbano que prevalece prioriza apenas as classes hegemônicas em detrimento do uso dos espaços por parte das camadas mais pobres.

Por duas vezes, a cidade de Fortaleza ganhou o prêmio de Cidade Caminhável, porém na prática, no plano concreto e do espaço vivido, não identificamos mecanismos e meios pelos quais tal caminhabilidade se faça presente de maneira equitativa e justa para toda a população residente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No âmbito legal, percebe-se um grande salto qualitativo no que diz respeito aos direitos conquistados pelos idosos no sentido de exercer sua cidadania livremente nos espaços públicos (ruas, avenidas, calçadas, parques, praças), como é o caso do Estatuto do Idoso (Lei Nº 10.741, de 2003). No plano prático, constata-se a seletividade e desigual distribuição de equipamentos e obras públicas que dão um novo sentido e uso aos mesmos espaços pelo público da terceira idade, como a instalação de academias ao ar livre e a reforma de calçadas, melhor acessibilidade e equipamentos de uso coletivo e vias de circulação bem cuidadas para o pedestre de diferentes faixas etárias.

Uma cidade caminhável se traduz em espaços públicos bem iluminados e seguros para práticas de lazer e de sociabilidades durante qualquer hora do dia, de espaços arborizados e com sinalizações apropriadas para a circulação de pedestres e ciclistas, de lugares para sentar e contemplar a paisagem urbana, e não apenas nos bairros elitizados ou nas áreas de interesse turístico, mas nas áreas públicas de bairros periféricos também. Isto posto, as condições de caminhabilidade de uma cidade dizem muito sobre os indicadores de desenvolvimento urbano que a mesma divulga.

## REFERÊNCIAS

FELIPE, Thayza Wanessa Silva Souza; SOUSA, Sandra Maria Nascimento. **A construção da categoria velhice e seus significados**. PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP, Macapá, v. 7, n. 2, p. 19-33, jul.-dez. 2014.

GEHL, J. **Cidades Para Pessoas**. São Paulo: Perspectiva. 1ª ed. 2013.

IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/home/pms/brasil>>. Acesso em: 10 abr. 2023.

JESUS, P. M.; CATELAN, M. J. V.; CALIXTO, M. J. M. S. Percursos Acompanhados Casa-Trabalho-Casa: perspectivas e construção metodológica. In: GÓES, E. M.; MELAZZO, E. S.



(Orgs.) Metodologia de pesquisa em estudos urbanos: procedimentos, instrumentos e operacionalização. Consequência, 2022.

JIRÓN, P. On becoming 'la sombra/the shadow'. In M. Büscher, J. Urry e K. Witchger (Eds.), **Mobile Methods** (pp. 36-53). London: Routledge, 2011, pp. 36-53.

KUSENBACH, M. **Street phenomenology**: the go-along as ethnographic research tool. v. 4, n. 3, 2003, p. 455-485.

LENOIR, Remi. Objeto sociológico e problema social. **In**: MERLLIÉ, Dominique. Iniciação à Prática Sociológica. Petrópolis: Vozes, 1996, p. 59-106.

LIMA, Manuela de Castro Mendonça. **O Idoso e a Cidade**: a qualidade do espaço urbano do Centro de Fortaleza. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Design, Fortaleza, 2021.

MYNARSKI, Joanna de Paula; MAGRO, Márcia Luíza Pit Dal; LUZARDO, Adriana Remião. Relação entre mobilidade urbana e qualidade de vida a partir das representações sociais de pessoas idosas em um município de médio porte. **PerCursos**, Florianópolis, v. 24, p. e0114, 2023.

NÓBREGA, Pedro Ricardo da Cunha. **Geografia do envelhecimento**: algumas questões para o debate. Curitiba: CRV, 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Guia Global**: Cidade Amiga do Idoso. OMS (WHO – World Health Organization). Genebra, 2008.

RIBEIRO, Luiz César de Q. **Cidades inclusivas e sustentáveis?** Projeto Saúde Amanhã – FIOCRUZ. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2017.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. 10. reimpr. São Paulo: EdUSP, 2020.

SERPA, A. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2018.

SOUZA, Fatima. Caminhabilidade: o que é e qual a sua importância? **Politize!** 04 ago. 2021. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/caminhabilidade/>>. Acesso em: 10 abr. 2023.

SPECK, J. **A Cidade Caminhável**. São Paulo: Editora Perspectiva. 1ª ed. 2012.